



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
MEIO NORTE	15/07/2010	A/04	POLITICA&JUSTIÇA Col.Opinio

CONDENAÇÃO

● A ação de impugnação do registro de candidatura à reeleição de Mão Santa é de autoria do procurador Marco Aurélio Adão. Ele encontrou contra o senador uma condenação, por colegiado, no Tribunal de Justiça do Piauí, em ação popular movida em 2009, onde Mão Santa é acusado de uso de dinheiro público para promoção pessoal durante seu mandato no Senado.

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
MEIO NORTE	15/07/2010	A/05	PIAUI Col.Sua Cidade

APPM ORIENTA PREFEITOS A NÃO ASSINAREM ACORDO

● O presidente da APPM, Francisco Macedo, participou de uma audiência no Tribunal de Justiça do Piauí, que discutiu as questões dos supostos débitos da prefeitura com a Eletrobras no Piauí. Na audiência foi tratado da manutenção da Liminar expedida pelo Juiz da Terceira Vara Cível de Teresina, que proíbe o corte no fornecimento de energia elétrica das prefeituras e outros prédios a elas vinculados. Segundo o advogado da entidade, Norberto Campelo, a APPM considera que apenas o presidente do Tribunal de Justiça tem autoridade para tal procedimento e que de forma alguma estaria pregando o calote, como quer fazer a Eletrobras, sob argumento de que os recursos provenientes das dívidas não pagas pelas prefeituras, em torno de R\$ 80 milhões, estariam faltando para outros investimentos em favor do povo. "Mesmo porque a origem desse dinheiro é o próprio povo e o que a APPM e os prefeitos querem é uma auditoria para esclarecer a origem dessas dívidas, o que poderá ser feito com a clareza produzida por uma Liminar", enfatizou o advogado. A entidade está orientando os associados a não assinarem nenhum acordo com a Eletrobras Distribuidora Piauí reconhecendo débitos sem antes fazer uma consulta à comissão instituída por ela. Essa Comissão, que tem à frente o engenheiro Celso Cunha, tem todas as condições para exigir da concessionária de energia o fornecimento de documentos comprobatórios de seus créditos junto às prefeituras.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL 180 GRAUS	14/07/2010	-	POLÍTICA

Votação deveria ter sido hoje 14-07-2010 às 13:39:00

Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado pode chegar a R\$5 bilhões

A Lei deveria ter sido votada nesta segunda, mas por conta da discussão a sessão foi encerrada

A Comissão de Fiscalização e Controle de Finanças e Tributação, votou e aprovou nesta quarta-feira(14/07) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias.

Segundo o deputado Antônio Uchôa (PDT), foi feita uma emenda para atender um pedido do Tribunal de Justiça do Piauí, onde os índices de participação dos três poderes eram amarrados a 'relite', agora isso ficou em aberto para ser definido no Orçamento Geral do Estado, somente a partir do mês de agosto quando a Assembleia retornar as atividades após o recesso parlamentar.

A Lei deveria ter sido votada nesta segunda-feira, mas por conta da discussão que aconteceu entre os deputados Marden Menezes (PSDB) e Robert Rios(PC do B) a sessão foi encerrada.

A LDO geral do Estado deve ficar em torno de R\$ 5 bilhões e 300 milhões, onde cada poder deve ter sua participação. Só o Poder Legislativo deve ter 5,69%, o Poder Judiciário deve ter 7,88% e o Ministério Público com 2,70%, o percentual restante ficará com Poder Executivo.

O parlamentar, explicou que a divisão da LDO, é feita de acordo com a execução orçamentária de cada poder nos anos anteriores. "Faz se estudo de quanto cada poder gasta, e a divisão é feita com base nesse estudo. Além disso, esses índices vêm se mantendo já alguns anos", pontuou Uchôa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL CIDADE VERDE	14/07/2010	-	RAIMUNDO LIMA

Mais dois da "Sangue Novo" em liberdade

O advogado do policial civil Francisco Carlos Araujo, o Carlão, espera conseguir a liberdade dele nas próximas horas. O advogado entrou com recurso no TJ do Piauí alegando a desnecessidade da prisão. Leôncio Coêlho já conseguiu a liberdade de outro policial civil preso pela mesma operação. Nesta terça-feira(13) o empresário José Duarte e o filho dele , Marlon Rosemberg Duarte foram postos em liberdade com o uso do mesmo argumento. A "Operação Sangue Novo" investigou ,em 2009,o sequestro e extorção do paulista Guerino Walter minervino , que foi preso um ano depois pelo crime de estelionato e já se encontra em liberdade. Há quem acredite que até o final do mês vai ter alguém preso? Eu não.

Em 13/07/10, 18:36